



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO AÇORIANO - UM SONHO ENTRE O PORTO E O MAR

L E I N° 3.560/2000

**"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONCEDER PARCELAMENTO OU REPARCELAMENTO
PARA COBRANÇA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

PAULO ROBERTO BIER, Prefeito Municipal
do Município de Santo Antônio da
Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul,
no uso das suas atribuições.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de
Vereadores aprovou e eu sanciono a
seguinte Lei:

É autorizado o Poder Executivo Municipal a **CONCEDER
PARCELAMENTO OU REPARCELAMENTO PARA COBRANÇA DE
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA
ATIVA**, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de
dezembro de 1999.

Art. 2° Os débitos tributários referidos no art. 1° desta
lei, com todos os seus acréscimos legais, poderão
ser parcelados em até 36 (trinta e seis) parcelas
mensais, corrigidas monetariamente pela variação da
UFIR.

Parágrafo único - Nenhuma parcela mensal poderá ser
em valor inferior a **R\$ 20,00** (vinte reais).

Art. 3° Os contribuintes que tenham débito tributário objeto
de cobrança administrativa ou judicial, poderão
efetuar negociação dos débitos, inclusive os
ajuizados, desde que:

I - comprove a formalização, nos autos dos
respectivos processos, da desistência de recurso
administrativo, de embargos ou qualquer
procedimento de defesa, com reconhecimento do
débito e da renúncia ao eventual direito às
verbas decorrentes de sucumbência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO AÇORIANO - UM SONHO ENTRE O PORTO E O MAR**

II - comprove junto com o pedido a quitação dos valores de honorários advocatícios e custas judiciais relativas ao processo correspondente aos débitos que pretenda incluir no parcelamento.

Art. 4º - O contribuinte poderá requerer o parcelamento ou reparcelamento do débito até o dia 31 de agosto de 2000.

Art. 5º - O não pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, implicará no cancelamento do parcelamento previsto nesta lei.

Art. 6º - Os benefícios ora concedidos não conferem ao favorecido qualquer direito à restituição ou compensação de importâncias pagas ou compensadas.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal expedirá instruções complementares que se fizerem necessário ao cumprimento da presente Lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 9º A presente Lei entrará em vigor a partir da sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de maio de 2000


PAULO ROBERTO B...
Prefeito Municip.

REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE

BRIANC/Gil DE MEDEIROS
Secretário de Administração